

I Congreso Latinoamericano de Teoría Social. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

A internacionalização do cooperativismo brasileiro: a relação entre o trabalho contemporâneo e o desenvolvimento económico.

Viana, André Luciano y Haffner, Jacqueline Angélica Hernández.

Cita:

Viana, André Luciano y Haffner, Jacqueline Angélica Hernández (2015). *A internacionalização do cooperativismo brasileiro: a relação entre o trabalho contemporâneo e o desenvolvimento económico. I Congreso Latinoamericano de Teoría Social. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-079/217>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Prof. Me. André Luciano Viana¹; Universidade Feevale e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Brasil; e-mail: viana-andre@outlook.com.

Profa. Dra. Jacqueline A. Haffner²; UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Brasil; e-mail: jacqueline.haffner@ufrgs.br.

MESA 36 | Trabajo y Subjetividad: Marcos teórico- conceptuales para el estudio de los Sujetos Laborales en la modernidad contemporánea en América Latina

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO: A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO CONTEMPORÂNEO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1 INTRODUÇÃO

As recentes transformações no mundo do trabalho enfrentam o aumento do desemprego e cria em diversas partes do mundo, exemplos de novas subjetividades que buscam incluir os diversos grupos de trabalhadores. Nesta perspectiva, o cooperativismo surge em diferentes segmentos, na busca da garantia a um meio alternativo de geração de renda, que seja diferente do sistema capitalista habitual, propiciando um novo modelo de desenvolvimento econômico frente ao mercado de consumo. No exemplo brasileiro, as cooperativas buscam uma posição de maior reconhecimento regional e desenvolvem a qualidade em produtos e serviços, permitindo, em alguns casos, experiências de inserção internacional.

No Governo Lula (2003–2010) amplia diretrizes e políticas que exaltam novas alternativas de inclusão social e secretarias específicas para abordar e orientar essas iniciativas. Desse modo, com o passar dos anos, essas cooperativas buscam pouco a pouco uma posição de maior reconhecimento regional, recebem fomento financeiro de investimento público e também formação técnica e assessoramento das universidades e assim, também desenvolvem a qualidade em produtos e serviços, permitindo, em alguns casos, experiências de inserção internacional.

O fenômeno do cooperativismo também é percebido em diversas regiões do Brasil, que em decorrência de um gradativo crescimento dos bolsões de pobreza e uma busca

¹ Docente da Universidade Feevale.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

constante de alternativas para suprir essa força de trabalho, que embora muitas vezes careça de qualificação diversificada, conduz à necessidade de desenvolvimento de políticas governamentais efetivas para a manutenção dessas organizações.

Na verdade, torna-se importante ressaltar a necessidade de reflexão sobre esse tema, cujos estudos e publicações que abordam a internacionalização desses segmentos produtivos ainda são escassos. E assim, o tema da pesquisa busca abordar, mesmo que de uma forma embrionária, a inserção internacional de cooperativas brasileiras, nos anos de 2013 e 2014.

Desse modo, o estudo tem como objetivo geral: investigar os principais tipos de cooperativas brasileiras que já estão internacionalizadas. A pesquisa classifica-se como exploratória; qualitativa; por meio de procedimento bibliográfico, a partir de dados de relatórios oficiais do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior [MDIC] brasileiro ; conceitos teóricos sobre o cooperativismo e desenvolvimento econômico do *International Co-operative Alliance* [ICA]; Organização das cooperativas brasileiras [OCB]; Bresser-Pereira (2006); Cenzi (2009); Haffner (2007); entre outros.

Contudo, como hipótese geral da pesquisa, o estudo busca confirmar que a globalização afetou diretamente o desenvolvimento econômico das indústrias de diversas regiões brasileiras, e que por isso, os trabalhadores desempregados buscaram diferentes formas de inserção em um contexto econômico diferenciado, sendo que o cooperativismo, atualmente, apresenta melhores condições de articulação e que já possui capacidade exportadora.

O artigo está estruturado em três seções incluindo esta introdução. Na segunda seção serão abordados os conceitos centrais sobre o tema cooperativismo, na terceira seção apresenta dados sobre as cooperativas brasileiras e seu processo de internacionalização e por último são apresentadas as conclusões deste artigo.

2 UM CAMINHO RUMO AO COOPERATIVISMO: TEORIA E PRÁTICA

Nessa seção, pretende-se desenvolver os principais conceitos de cooperativismo, os diversos segmentos de atuação deste setor e sobretudo, abordar o que tange esse meio de atuação dos trabalhadores frente às demandas de trabalho e inserção econômica.

O cooperativismo nasce com o objetivo de tornar-se um meio de geração de trabalho e renda, como meio de inclusão social de trabalhadores que buscam novas formas de integração com o mundo do trabalho. Em realidade, pode ser considerado como um propulsor para o desenvolvimento regional, que vincula pessoas em busca da geração de renda, mas também cria empregos alternativos ao sistema capitalista habitual, pois através da cooperação

e solidariedade, constitui valores econômicos que possam ser devidamente compartilhadores entre aqueles que de fato o produzam.

Na idade moderna sabe-se que a França, a Alemanha, a Bélgica e outros países europeus, tiveram em alguns momentos históricos, seus trabalhadores como protagonistas de diversas tentativas de melhorias em suas condições de atuação, mas foi na Revolução Industrial, que embora tenha provocado com maior intensidade o fortalecimento de um sistema capitalista, possibilitou as transformações capazes de originar o sindicalismo e o cooperativismo, sendo na Inglaterra o palco das primeiras experiências pré-cooperativistas (Cenzi, 2009). A respeito disto, cabe destacar que

em plena Revolução Industrial, período de grande exploração do ser humano, surgiu oficialmente no ano de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), o primeiro grupo que formalizou a prática da cooperação. O grupo formado por 28 (vinte e oito) pessoas, na sua maioria tecelões, se uniram para adquirir coletivamente bens de consumo. Durante um ano fizeram o planejamento, estabeleceram normas e metas, guardaram recursos e investiram capital para dar início ao funcionamento da sociedade que recebeu o nome de “Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos (Vieira & Pinheiro, 2014, p. 11).

Esse exemplo histórico citado anteriormente, evidencia que o cooperativismo, desde então, é acolhido em centros urbanos ou rurais e revela-se como um importante indicador para a inclusão social no que tange a relação com o trabalho e a geração de renda, como meio alternativo para o desenvolvimento regional. É importante ressaltar que muitas vezes, a atuação das organizações capitalistas pode gerar certa insatisfação, por não atingir as expectativas dos trabalhadores e ao mesmo tempo, condicionam-se constantemente ao atendimento de demandas globais de produção, sem considerar as necessidades locais em que estão inseridas.

O coletivo, facilita as relações de força e conseqüentemente, de negociação frente às demandas do mercado, além do intuito inicial de união de pessoas, devem estar constituídos legalmente para que possam competir igualmente no mercado em relação às demais organizações. Nesta perspectiva, segundo Galhardo e Vieira (2014, p. 26), no Brasil, a Lei 5.764, de 16.12.1971 que define e aborda a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências

Ainda neste contexto, Cenzi (2009) ressalta que o cooperativismo, enquanto sociedade de pessoas e não necessariamente de capital, não é categoricamente voltada ao lucro, mas possui fins econômicos e sociais. Os associados são trabalhadores e trabalhadoras, que assumem o papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo, resultando assim o afastamento de intermediários diretos na relação, bem como o objetivo principal de lucro, comum às sociedades de capital. Já para o *International Co-operative Alliance - ICA* (2015,

tradução nossa) “a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente gerida³”.

Pode-se considerar que muitas vezes, as cooperativas estão em estágios iniciais de profissionalização ao iniciarem suas trajetórias junto ao mercado e esses órgãos de representação são elementos importantes para que as informações possam ser divulgadas e, conseqüentemente, abordadas e aplicadas em um contexto adequado, que ajudaria na perenidade dos negócios. Tradicionalmente, segundo a Aliança cooperativista internacional [ACI] (2015), as cooperativas baseiam-se em valores pré-determinados, como: autoajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Assim, na tradição dos fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros. Não menos importantes, são também abordados princípios cooperativos, conforme destacam-se no Quadro 1, que são, hipoteticamente chamadas de normativas ou diretrizes pelas quais as cooperativas colocam em prática seus valores:

Quadro 1: Os princípios cooperativos

OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS	
1. ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa discriminação.
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões.
3. PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS	Os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou todas as seguintes finalidades: desenvolver a cooperativa, possivelmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; aos sócios na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

CONTINUA

³ Tradução livre do conceito: “A co-operative is an autonomous association of persons united voluntarily to meet their common economic, social, and cultural needs and aspirations through a jointly owned and democratically-controlled enterprise”, disponível em: <http://ica.coop/en/what-co-operative>.

CONTINUAÇÃO

4. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA	As cooperativas são organizações autônomas, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou levantar capital de fontes externas, o fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	As cooperativas promovem a educação e formação dos seus membros, dos representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
6. COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
7. PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Adaptado de *International Co-operative Alliance* - ICA (tradução nossa, 2015)

As questões envolvidas no enfoque do Quadro 1, apresentam-se como relevantes para discussão acerca do processo de organização das cooperativas, pois tendo em vista que a compreensão de valores e princípios comuns a todos os membros, poderá contribuir com o intuito da criação de um processo autogestionário e que, por isso, terá condições de acelerar o contexto econômico do desenvolvimento regional em que a cooperativa possa estar inserida, conforme destacam-se as diversas possibilidades de segmentos de atuação, abordados na seção seguinte deste estudo.

2.1 OS DIFERENTES SEGMENTOS DE ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Um aspecto interessante que não pode ser esquecido refere-se aos tipos de cooperativas existentes. Os diferentes segmentos produtivos são abarcados, e devem ser escolhidos no momento em que as cooperativas se constituem legalmente, e têm o intuito de diferenciar-se uma das outras, para que possam usufruir de direitos e deveres distintos. As principais áreas de atuação dos objetivos sociais utilizados pelas cooperativas, descritos pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul [OCERGS] (2015) são os seguintes:

- **Agropecuário:** formam o grupo de maior expressão econômica no país e corresponde um dos segmentos de maior número de membros. O ramo é composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos próprios cooperados, mas que se unem para auferir ganhos na operação em conjunto de suas atividades. Essas cooperativas, normalmente, abrangem toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até o processamento da matéria prima e a comercialização do produto final.
- **Crédito:** abarca um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo. Neste tipo de sociedade, busca-se a melhor administração, através da ajuda mútua e sem fins lucrativos, dos recursos financeiros dos cooperados. Tais sociedades prestam serviços financeiros e de natureza bancária, com condições mais favoráveis, aos seus associados. Como são equiparadas às instituições financeiras tradicionais, seu funcionamento tem de ser regulamentado pelo Banco Central. Vale lembrar que uma cooperativa de crédito está submetida aos rigores da fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, exigindo de seus gestores responsabilidade pelos seus atos, uma vez que estão sujeitos à Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492).
- **Consumo:** neste ramo, as cooperativas dedicam-se à compra, em comum, de artigos de consumo a fim de proporcioná-los aos cooperados com menor preço. Subdividem-se em fechadas e abertas. Sendo a primeira, aquelas que admitem somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão. E a segunda, as que admitem qualquer pessoa que queira associar-se a ela.
- **Educacional:** cooperativas educacionais surgiram a partir da deficiência do Estado de prover ensino público de qualidade e da incapacidade das famílias de bancar os altos custos do ensino particular. O papel de uma cooperativa educacional é de ser a gestora e mantenedora da escola. A escola deve funcionar de acordo com a legislação em vigor, da mesma forma que qualquer outra escola. No caso específico da cooperativa de ensino, é importante ver o empreendimento focando o ponto de vista social e ideológico, muito mais do que o econômico. Ficando claro que o objetivo maior é a formação educacional de crianças e adolescentes e não o lucro e sobras financeiras. Tais cooperativas são, basicamente, formadas por: professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais; por alunos de escolas agrícolas que, além de contribuírem para o sustento da escola, produzem mercadorias a serem comercializadas; por pais de alunos que buscam melhor educação aos seus filhos, administrando escolas e contratando professores.
- **Habitacional:** essas são cooperativas diferenciadas, são criadas com um propósito único e temporário, um consórcio, com o objetivo de adquirir a casa própria. Portanto, tão logo esse objetivo é atingido, sua liquidação é posta em prática. Em um país como o Brasil, cujo déficit habitacional é evidente, tais cooperativas são de suma importância social, pois facilita, às famílias de baixa e média renda, o acesso à casa própria.
- **Infraestrutura:** segmento constituído por cooperativas que visam a prestar, de forma coletiva, serviços de infraestrutura aos seus cooperados. No Brasil, são mais conhecidas como cooperativas de eletrificação. Tem como objetivo o fornecimento de energia elétrica às comunidades de seu entorno, seja gerando sua própria energia, ou repassando a energia de concessionárias através de suas linhas de transmissão. Como a eletrificação rural não é um empreendimento rentável para as concessionárias de energia elétrica, o meio rural ficou desprovido de tal serviço. Com o propósito de resolver esse problema, surgiram as cooperativas de infraestrutura.

Nessas cooperativas, os próprios usuários mobilizam recursos de poupança e crédito para os investimentos, a fim de serem desenvolvidos os processos de construção da rede elétrica no meio rural.

- **Produção:** as cooperativas de produção são aquelas cujos associados contribuem com serviços laborais ou profissionais para a produção em comum de bens, e que a própria cooperativa detenha os meios de produção. É uma forma interessante para aqueles que querem deixar de ser assalariados, para descobrir as vantagens de constituir seu próprio negócio – a cooperativa - ou mesmo para os que não conseguem encontrar espaço no mercado de trabalho.
- **Saúde:** basicamente, as cooperativas de saúde dedicam-se à prestação e promoção da saúde humana. Dividem-se em médicas, odontológicas, psicológicas e de usuários. É um ramo genuinamente brasileiro, pois surgiu no país. Presente em todo território brasileiro, presta serviço de saúde a grande parte da população, sendo de suma importância na sociedade.
- **Trabalho:** essas cooperativas buscam melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos seus associados. São constituídas por pessoas ligas a uma determinada ocupação profissional. Para qualquer profissão pode-se criar uma cooperativa de trabalho, transformando-se no segmento de maior abrangência dentro do cooperativismo. O grande desafio neste ramo é seu enquadramento legal, tanto no que se refere à legislação trabalhista como à cooperativista em si. O desvirtuamento dos atos cooperativos pode levar à constatação do vínculo empregatício conforme a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), dando espaço para medidas legais vindas do Ministério Público do Trabalho. Certamente é o ramo com maior potencial de crescimento, mas, também, é onde a complexidade jurídica mais prejudica sua atuação.
- **Transporte:** é uma espécie de cooperativa que poderia ser enquadrada no ramo trabalho, mas, devido às peculiaridades de sua atividade, tem denominação própria. As cooperativas de transporte dividem-se em modalidades: transporte individual de passageiros (taxi, moto taxi); transporte coletivo de passageiros (vans; ônibus); transporte de cargas (caminhões, motocicletas, furgões); transporte escolar (vans e ônibus).
- **Especiais:** a Lei federal 9.867, de 1999, possibilitou a criação de cooperativas de objeto social, tendo como intuito a organização e gestão de serviços sócio-sanitários, bem como educativos às pessoas que, de certa forma, precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação desvantajosas. Desenvolvem suas atividades – agrícola, industriais, comerciais e de serviços – contemplando pessoas tais como: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos, dependentes químicos, ex-apenados, presidiários, entre outros. É importante ressaltar que nesse ramo as cooperativas devem ser geridas por um conselho de voluntários que não se enquadram nas referidas características dos cooperados que formam a cooperativa.

Em outras palavras, tais conceitos iniciais refletem que o cooperativismo pode ser considerado como um meio de garantia da sobrevivência da população, principalmente, levando-se em consideração os aspectos sociais que interagem diretamente com sua formação.

Outro fator de importância está na possível predominância de cooperativas de origem agrícola, pois se ponderando a área de alimentação como um fator-chave em qualquer política

pública, de qualquer país, as cooperativas desse segmento são também merecedoras de atenção e, ao mesmo tempo, capazes de auxiliar à resolução de problemas regionais.

Esses arranjos de trabalhadores precisam de ações efetivas dos governos, tais como acompanhamento em sua formação, incentivos e políticas publicadas adequadas, mas também carecem de ampliação da relação com as universidades, com o intuito de ampliar processos formativos e gerar conhecimentos técnicos e de gestão, assim como a interação com o mercado, itens que se tornam ainda mais importantes quando percebe-se a real possibilidade de internacionalização desse tipo de segmento.

Assim, a questão envolvida neste enfoque, acerca das novas possibilidades de inserção econômica por meio das cooperativas, inclui também a discussão sobre a realidade brasileira, como descreve-se na próxima seção dessa pesquisa.

3 O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Como questões relevantes da pesquisa, deve-se conhecer acerca do processo de constituição das cooperativas brasileiras e ainda, os principais dados a respeito de sua atuação internacional. Desse modo, nessa seção busca-se apresentar um histórico a partir da realidade brasileira desse segmento, sua relação com a internacionalização e conseqüente alcance no processo de desenvolvimento econômico regional.

Ao mesmo tempo em que o cooperativismo no mundo tem sua história embasada em determinados acontecimentos nos últimos séculos, no Brasil, desde o século XIX já se encontrava espaço para essas iniciativas. Desse modo, as cooperativas ganham destaque na sua relação com o mercado interno e externo, contribuindo de modo satisfatório para o desenvolvimento econômico⁴ por meio da geração de trabalho e renda da população.

A primeira experiência do cooperativismo no Brasil surge em 1889, com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, cujas atividades eram próximas da experiência inglesa, relatada na seção 2.1 deste estudo, pois era uma cooperativa de consumo. Logo depois, ainda no século XIX, as primeiras

⁴ O conceito de desenvolvimento econômico abordado neste estudo, tem embasamento a partir da compreensão dos conceitos abarcados por Haffner (2007), ao revelar que pode-se definir o desenvolvimento econômico como sendo um processo histórico caracterizado por mudanças estruturais de longo prazo no sistema produtivo, que têm um significativo e sustentado aumento de produto e renda per capita, conjunto este de mudanças que permitem chegar a um novo patamar institucional, cultural e tecnológico na sociedade. Também cabe salientar que desenvolvimento econômico pode ser entendido como um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação por meio da chamada revolução capitalista e tem relação com o aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, e desse modo, há um sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progressos técnicos (BRESSER-PEREIRA, 2006).

organizações do setor agropecuário foram criadas no país, cuja primeira constituição oficial foi a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, fundada em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, em 1892 (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior [MDIC], 2015a).

Outros segmentos foram integrados, sendo que a cooperativa brasileira mais antiga, mas que ainda está em atividade, é do ramo de crédito e foi idealizada em 1902 pelo padre jesuíta Theodor Amstad⁵, a partir de sua experiência do sistema cooperativo europeu. Esta primeira cooperativa de crédito foi fundada na região conhecida como a província de Nova Petrópolis⁶ (constituído como município desde 1955) no Rio Grande do Sul. Esta cooperativa tinha o nome de “Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis” e desde 1992 adota a denominação Sicredi Pioneira, pois integra o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, afirma Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. [MAPA], 2006).

Outro ponto interessante, citado por MDIC (2015a) é relatar que de um modo geral, o cooperativismo no Brasil foi incentivado pela grande imigração europeia para a América, mas sobretudo, considera-se que o cooperativismo teve um forte crescimento no Sul do país, a partir do século XX, com grande influência do modelo alemão por dois fatores principais: a educação direcionada a estimular a solidariedade e a união em defesa de interesses comuns dos grupos.

As experiências foram constituindo-se e ampliando-se pelo Brasil, segundo o Portal Brasil (2014), quando a primeira lei voltada para o cooperativismo no Brasil, foi promulgada na década de 1930, sob a crise econômica que se originou nos Estados Unidos e o governo Getúlio Vargas (1930- 1945) passou a estimular a criação de cooperativas para gerar trabalho e renda. Posteriormente, no período da ditadura militar foi dada ênfase às cooperativas agrícolas, por questões de segurança alimentar. Até que na década de 1970, ocorreu aprovação da Lei 5.764, de 16.12.1971 que define e aborda a Política Nacional de Cooperativismo, explicando assim, sua classificação, sua constituição e também o

⁵ O padre jesuíta Theodor Amstad (1851 – 1938) chegou ao Estado do Rio Grande do Sul em 1885, ao conhecer as dificuldades dos agricultores estabelecidos nas regiões de colônia alemã, os incentivou a se unirem em associações e em 1912, criou a associação do Volksverein, hoje chamada Associação Theodor Amstad – entidade que se tornou decisiva para a organização do meio rural da região nas décadas seguintes (CHAVES; VIDAL, 2012).

⁶ Além da experiência de uma cooperativa de crédito, na cidade de Nova Petrópolis-RS, criou-se em 1920 a "Cooperativa da Banha" que purificava o produto comprado dos colonos, exportando-o em latas para a Inglaterra, constituindo-se com uma das primeiras experiências de internacionalização. Ainda hoje, o cooperativismo exerce grande influência na rotina do município, que atribuiu para si o título de Capital Nacional do Cooperativismo a partir de 2010 (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS, 2015).

funcionamento das empresas que optam pelo sistema do cooperativismo, com o intuito de melhor regulamentar sua forma de atuação e até mesmo, exigindo que todas as cooperativas fossem cadastradas no Conselho Nacional de Cooperativismo.

Como marco das últimas décadas, pode-se afirmar que apenas com o fim da ditadura militar e promulgação da atual Constituição Federal em 1988, o cooperativismo teve menor controle estatal e passou a integrar um de seus principais princípios: a autogestão. Contudo, devido aos movimentos da economia e diversas crises com altos índices de inflação, algumas cooperativas agrícolas acabaram enfraquecendo-se e, as cooperativas do meio urbano, como alternativa ao desemprego, ganharam espaço os segmentos de trabalho e de crédito. No ano de 1998, o governo federal criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo (SESCOOP), com o objetivo de profissionalizar a autogestão das cooperativas, e faz parte como órgão do “Sistema S”⁷, oferecendo programas de capacitação, promoção social e monitoramento dos trabalhos desenvolvidos (Portal Brasil, 2014).

Embora não tenham ocorrido recentemente a criação de novos incentivos ao cooperativismo no Brasil, o setor continua em crescimento e precisa de auxílio em questões pontuais de seu processo de modernização. Por isso, com as eleições do último ano e o anúncio de um novo mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff (2015-2018), segundo a OCB (2015b), foram encaminhados à presidência da república propostas para a gestão no próximo período, com seguintes prerrogativas (ações e demandas divididas em seis macrotemas):

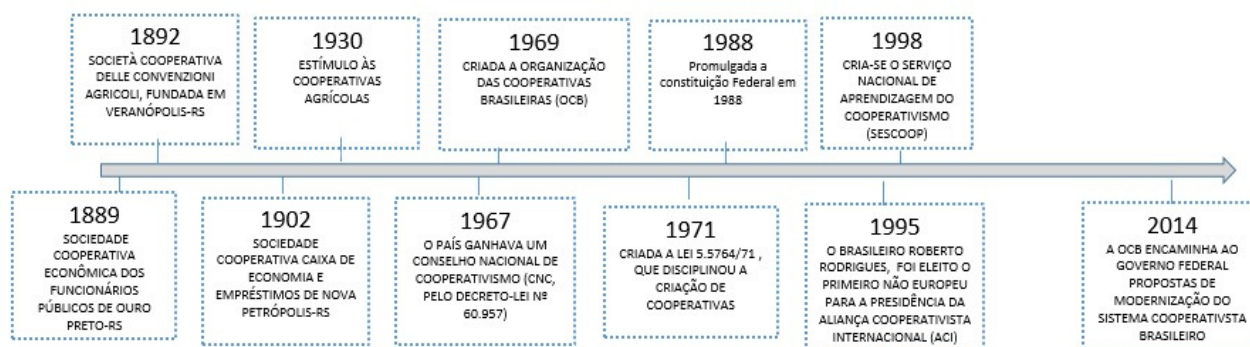
1. Reconhecimento da importância econômica e social do cooperativismo;
2. Ato cooperativo e simplificação da carga tributária;
3. Modernização da Lei Geral das Cooperativas;
4. Acesso ao crédito e a linhas de financiamento público pelas cooperativas;
5. Segurança jurídica e regulatória para o cooperativismo;
6. Eficiência do Estado e gestão pública

As informações apresentadas auxiliam na compreensão acerca da história e também a relevância do cooperativismo no Brasil. A Figura 1, a seguir, apresenta a linha do tempo com um resumo dos principais acontecimentos a esse respeito, pois visa conceber as principais questões envolvidas na construção história do cooperativismo Brasileiro e mostram que o país manteve-se atento ao cooperativismo mundial, seja por um acompanhamento da necessidade de mercado, condicionada à grande imigração europeia em diversas regiões do país, que

⁷ O Sistema S é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas), as entidades oferecem cursos gratuitos em áreas importantes da indústria e comércio (PORTAL BRASIL, 2015).

promoveram a criação de cooperativas como relevância para diversas regiões ou ainda, por despertar interesses das políticas públicas para sua manutenção e aprimoramento.

Figura 1: Linha do tempo: os principais acontecimentos na história do Cooperativismo no Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados retirados de OCB (2015), PORTAL BRASIL (2014), MAPA (2006), OCB (2015B).

Embora seja demonstrado na Figura 1 que há uma lacuna em relação às ações nas últimas duas décadas, sem que tenham ocorrido movimentos significativos na política pública que promovessem o cooperativismo, segundo dados do relatório técnico oficial da OCB (2015b), até o ano de 2014, o Brasil tinha 46 milhões de brasileiros beneficiados pela forma cooperativa de trabalho; 6,8 mil de cooperativas atuantes no país, que têm atividades em 13 ramos diferentes: agropecuário, consumo, crédito, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer; e geram empregos diretos para cerca de 340 mil de trabalhadores.

Os dados levam-nos a refletir sobre a influência do cooperativismo na geração de trabalho e renda da população brasileira e a necessidade de acompanhamento governamental para que possam promover uma política de modernização e, principalmente, desenvolvimento das atividades, tendo em vista o modo diferenciado que essas organizações possuem de abarcar o desenvolvimento econômico regional. Estas propostas diferenciadas, também são relevantes na discussão sobre contemporaneidade dos novos mercados que essas cooperativas têm conseguido atingir, tema que será descrito na seção seguinte desta pesquisa.

3.1 A EXPORTAÇÃO: O MUNDO À DISPOSIÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

No Brasil, no período em que são mais evidentes os reflexos decorrentes da crise internacional norte-americana pós-2008, as cooperativas ganham destaque, pois essas organizações que inicialmente buscaram formas secundárias de geração de renda, constituem-se na contemporaneidade como empreendimentos que buscam articular determinados espaços de conquista no mercado e imediatas necessidades de proverem as carências socioeconômicas, possibilitando o processo de produção e comercialização, mas sobretudo, mantendo suas características locais e criando-se assim um sistema econômico regional que também vê no mercado externo, uma forma de atuação.

Nesse sentido, Haffner (2007) destaca que a noção de desenvolvimento econômico, primeiramente, envolve a ideia de um país como um todo, porém é possível desenvolver a análise de forma conveniente a um grupo de países da mesma região geográfica, como, por exemplo, a América Latina.

Bresser-Pereira (2006) complementa o conceito e revela que uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico busca compor-se de modo relativamente automático ou até mesmo, autossustentado na medida em que no sistema capitalista os organismos de mercado desenvolvem certos incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e especialmente, de conhecimentos técnicos.

Embora seja relevante a categorização regional, optou-se pela construção do estudo de modo com que seja possível realizar um mapeamento a respeito da exportação do segmento das cooperativas brasileiras, independente da região de origem ou destino das mercadorias, a fim de buscar dados mais ampliados para a análise do desenvolvimento econômico regional. Os conhecimentos acerca da região em que se pretende atuar no exterior, assim como os conceitos técnicos desenvolvidos ao longo dos anos, propuseram ao sistema cooperativista brasileiro novos desafios, pois o amadurecimento de seus processos e produtos, criaram também certa *expertise*, capaz de proporcionar uma capacidade exportadora⁸ que facilitou sua entrada no mercado externo.

⁸ O conceito de exportação abarcado nesta pesquisa, tem relação com os apontamentos realizados pelo MDIC (2015b), ao comentar que a Exportação é a venda de bens, produtos ou serviços a serem utilizados ou consumidos em outro país, esse processo pode ser realizado de forma DIRETA, quando as cooperativas/empresas são responsáveis por todos os procedimentos de exportação (comerciais e operacionais); ou de forma INDIRETA, quando a operação do processo de exportação é executada por um interveniente, geralmente uma empresa de exportação.

Um desafio às empresas cooperativas é a preparação para o mercado externo, pois muitas destas organizações ainda são regionais e, por possuírem um processo condicionado à autogestão, muitas vezes carecem de profissionalização. Assim, é importante salientar que a exportação, segundo Minervini (1997) está diretamente condicionada à qualidade, criatividade e profissionalismo, pois cada organização, ao criar estratégias para o mercado internacional, precisa ter condições de igualdade para competir, por isso, é relevante o conhecimento sobre exigências do mercado local.

O MDIC (2015c) ressalta a preocupação do governo federal em relação aos movimentos de internacionalização das cooperativas, pois caracterizam três principais desafios neste processo, sendo:

1. A importância da profissionalização da gestão: tendo em vista que trabalhador da cooperativa, também pode ser considerado o proprietário dos recursos produtivos, torna-se necessário estruturar a atividade que contribua à ideia de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, mas que, ao mesmo tempo, tenha condições de desenvolver-se de modo empreendedor para enfrentar os desafios do mercado externo;
2. Mudança de foco – da produção à comercialização: cabe ressaltar que a empresa que atua de modo cooperativista precisa ter uma visão ampliada de todos os elos da cadeia do negócio, ou seja, de todas as etapas do negócio, que incluirão o beneficiamento dos bens, a industrialização (se houver), seu transporte e distribuição até o cliente. Seja pela exportação direta ou indireta, a empresa precisa estar atenta aos contratos e, ao mesmo tempo, ao cumprimento das regras necessárias;
3. Planejamento estratégico de longo prazo para financiamento: torna-se necessária uma estratégia que facilite os financiamentos para os investimentos de médio prazo e assim, garantia do planejamento e sustentabilidade financeira das cooperativas

Neste estudo, embora o enfoque não seja condicionado aos desafios enfrentados pelas cooperativas brasileiras na exportação e sim, apresentar dados que expõem a atuação dessas empresas no mercado externo, ao pensar profundamente sobre estes aspectos é instigante a ideia de que a qualificação no momento de exportar é sobressalente às condições do produto, mas decorrem de diversas dimensões estruturais da empresa, que farão com que determinadas cooperativas têm maior ou menor sucesso em seu processo de internacionalização.

A pesquisa realizada, apresenta dados obtidos a partir da Secretária de Comércio Exterior [SECEX] e publicados pelo MDIC (2014) e informam que as cooperativas existentes no Brasil, apenas no ano de 2013, exportaram o total de US\$ FOB 6.072.481.254. Este número demonstra a grande importância deste tipo de operação para a Balança Comercial Brasileira.

Na Tabela 1 apresentada a seguir, percebe-se que no ano de 2014 ocorreu uma redução global de 13,04% em relação ao ano anterior, pois a receita com as exportações, alcançou o valor de US\$ 5.280.587.187. Ainda assim, considera-se muito importante este segmento produtivo, como meio alternativo à geração de renda e, conseqüentemente, como propulsor econômico das regiões em que estão alocados. O decréscimo entre 2013/2014 pode ser explicado pelas próprias condições econômicas brasileiras no ano de 2014 e, conseqüentemente, as empresas cooperativistas também foram influenciadas.

Tabela 1: Balança Comercial Brasileira de Cooperativas em 2013 e 2014 - Valores Acumulados (US\$ FOB)

PERÍODO	EXPORTAÇÃO			S A L D O			CORRENTE DE COMÉRCIO		
	2014	2013	Var %	2014	2013	Var %	2014	2013	Var %
JAN/DEZ	5.280.587.187	6.072.481.254	-13,04	4.866.112.444	5.675.826.401	-14,27	5.695.061.930	6.469.136.107	-11,97

Fonte: MDIC (2014) a partir de dados da SECEX

Ao mesmo tempo, torna-se relevante verificar quais são os produtos mais importantes na exportação das cooperativas brasileiras. Tendo em vista a diversidade de produtos exportados por cooperativas, optou-se, neste estudo, em apresentar dados apenas dos 10 principais produtos exportados, sendo que esse grupo comporta 87,95% do universo de produtos exportados pelas cooperativas. Os dados serão apresentados na sequência, na Tabela 2.

De modo geral, é importante e merece destaque ao analisar a Tabela 2, o fato de que os produtos estão de modo geral, intimamente relacionados com dados constantemente apresentados na balança comercial brasileira, pois percebe-se que independente de empresas cooperativistas ou capitalistas, os principais produtos exportados pelo Brasil são aqueles relacionados aos bens primários, sobretudo, o agronegócio. Sem dúvida alguma, os produtos do tipo *commodities*⁹ são os principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras, e, ao analisar o percentual de 87,95% que apenas as 10 principais cooperativas exportam, faz-se lembrar que o país tem uma grande dependência de produtos desse segmento e assim, os demais itens, com maior valor agregado, mas com menor volume comercialização, podem estar menos influenciados a enfrentar o mercado externo. Ainda assim, de modo geral, a

⁹ As *commodities* podem ser definidas como mercadorias, provenientes de cultivo ou extração, que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. São produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade e são negociadas globalmente (MDIC, 2015d)

queda de 13,04% sobre o total de produtos exportados no período 2013/2014 é inquietante, levando-se em consideração que o Brasil é considerado um grande produtor do agronegócio e, que, as cooperativas dessa divisão estão entre as maiores do Brasil.

Tabela 2: Principais produtos exportados pelas Cooperativas Brasileiras em 2013 e 2014 - Valores Acumulados (US\$ FOB)

PRODUTO	US\$ FOB					
	2014		2013		VARIACÃO	
	2014	Part. %	2013	Part. %	US\$	%
TOTAL GERAL	5.280.587.187	100	6.072.481.254	100	-791.894.067	-13,04
PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	850.022.684	16,10	691.720.326	11,39	158.302.358	22,89
CÁFE NÃO TÓRRADO, NÃO DESCAFEINADO, EM GRÃO	749.987.497	14,20	632.412.176	10,41	117.575.321	18,59
BAGACOS E OUTS. RESÍDUOS SÓLIDOS, DA EXTR. DO ÓLEO DE SOJA	707.185.667	13,39	742.892.768	12,23	-35.707.101	-4,81
OUTS. ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM. PURA, SOL.	642.912.495	12,18	1.004.178.614	16,54	-361.266.119	-35,98
SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	601.171.531	11,38	771.422.435	12,70	-170.250.904	-22,07
OUTROS ACUCARES DE CANA	317.202.595	6,01	438.876.664	7,23	-121.674.069	-27,72
OUTRAS CARNES DE SUÍNO, CONGELADAS	206.840.415	3,92	175.105.837	2,88	31.734.578	18,12
ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/TEOR AGUA <= 1% VOL	195.355.842	3,70	474.729.719	7,82	-279.373.877	-58,85
ALGODÃO SIMPLEMENTE DEBULHADO, NÃO CÁRDADO NEM PENTEADO	192.455.201	3,64	169.599.192	2,79	22.856.009	13,48
ÓLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	181.059.458	3,43	183.001.860	3,01	-1.942.402	1,06
DEMAIS PRODUTOS	636.393.802	12,05	788.541.663	12,99	-152.147.861	-19,30

Fonte: MDIC (2014) a partir de dados da SECEX (2014)

Tendo em vista a redução da exportação de produtos de origem das *commodities* é interessante observar os destinos das exportações brasileiras, para analisar os países importadores desses produtos. Ao todo, as cooperativas brasileiras exportaram para 152 países no período da pesquisa e, com o intuito de otimizar a visualização dos dados entre os maiores importadores, optou-se em selecionar os 30 países que mais importaram produtos de cooperativas brasileiras, ocupando neste caso, 89,31% do percentual geral. Os dados selecionados estão apresentados na Tabela 3, revelada seguir.

A Tabela 3, ao expor os principais países importadores dos produtos produzidos pelas cooperativas brasileiras, apresenta a China como principal destino, ocupando o primeiro lugar em 2014 com 16,13% das exportações, seguida pela Alemanha, que possui 10,44% e também os Estados Unidos, com 8,17%. Estes dados, mostram que juntos, estes países correspondem a 34,74% dos produtos exportados neste ano. Se compararmos com 2013, embora a ordem no *ranking* se modifique (Estados Unidos ficou em segundo lugar e Alemanha em terceiro, mas China permanece como o primeiro lugar), o percentual de dependência do Brasil foi muito próximo, com 32,29% das exportações.

Tabela 3: Principais destinos das exportações das Cooperativas Brasileiras em 2013 e 2014 - Valores Acumulados (US\$ FOB)

PAÍS	US\$ FOB					
					Var 2014/2013	
	2014	Part. %	2013	Part. %	US\$	%
TOTAL GERAL	5.280.587.187	100	6.072.481.254	100	-791.894.067	-13,04
CHINA	851.758.691	16,13	933.851.032	15,38	-82.092.341	-8,79
ALEMANHA	551.098.744	10,44	363.004.466	5,98	188.094.278	51,82
ESTADOS UNIDOS	431.372.422	8,17	663.610.696	10,93	-232.238.274	-35
EMIRADOS ARABES UNIDOS	301.878.575	5,72	472.480.356	7,78	-170.601.781	-36,11
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	292.694.044	5,54	394.734.232	6,50	-102.040.188	-25,85
JAPAO	246.845.791	4,67	274.252.356	4,52	-27.406.565	-9,99
HONG KONG	175.571.133	3,32	174.108.452	2,87	1.462.681	0,84
RUSSIA	170.618.685	3,23	120.959.100	1,99	49.659.585	41,05
ARABIA SAUDITA	170.559.665	3,23	194.763.092	3,21	-24.203.427	-12,43
COREIA DO SUL	142.248.441	2,69	182.772.025	3,01	-40.523.584	-22,17
NIGERIA	113.549.530	2,15	128.176.989	2,11	-14.627.459	-11,41
FRANCA	111.489.978	2,11	87.948.610	1,45	23.541.368	26,77
REINO UNIDO	102.970.791	1,95	108.743.738	1,79	-5.772.947	-5,31
CANADA	94.810.808	1,80	81.864.774	1,35	12.946.034	15,81
BANGLADESH	86.578.354	1,64	53.573.498	0,88	33.004.856	61,61
INDIA	82.788.008	1,57	34.765.945	0,57	48.022.063	138,13
MALASIA	78.920.982	1,49	80.558.051	1,33	-1.637.069	-2,03
BELGICA	75.230.149	1,42	88.987.917	1,47	-13.757.768	-15,46
EGITO	73.214.414	1,39	80.412.071	1,32	-7.197.657	-8,95
INDONESIA	67.844.253	1,28	84.410.595	1,39	-16.566.342	-19,63
TAILANDIA	66.030.147	1,25	47.462.337	0,78	18.567.810	39,12
AFRICA DO SUL	58.177.703	1,10	75.250.332	1,24	-17.072.629	-22,69
ITALIA	54.135.532	1,03	102.786.303	1,69	-48.650.771	-47,33
URUGUAI	53.733.793	1,02	49.097.646	0,81	4.636.147	9,44
ESPANHA	51.146.137	0,97	82.832.228	1,36	-31.686.091	-38,25
CINGAPURA	45.855.283	0,87	26.055.352	0,43	19.799.931	75,99
ESLOVENIA	45.315.984	0,86	66.762.353	1,10	-21.446.369	-32,12
ARGELIA	43.494.260	0,82	96.073.067	1,58	-52.578.807	-54,73
IEMEN	40.438.427	0,77	60.563.363	1,00	-20.124.936	-33,23
TURQUIA	35.506.849	0,67	27.829.172	0,46	7.677.677	27,59
DEMAIS PAÍSES	564.709.614	11	833.791.106	14	-269.081.492	-38,00

Fonte: MDIC (2014) a partir de dados da SECEX (2014)

Ainda pode-se afirmar, que segundo a Tabela 3, no global, destaca-se que embora o país tenha muitos destinos em suas exportações, a dependência concentra-se em poucos deles e, como era de se esperar, está nos países com maior parceria comercial. Todavia, destaca-se principalmente, que para o Bloco Econômico MERCOSUL¹⁰, principal processo de regionalização que o país participa, entre os 30 principais parceiros, apenas o Uruguai ocupa a 24ª posição, com 1,02%, sendo que a Argentina, maior parceiro comercial do bloco, ocupa uma posição posterior neste *ranking*, entre os demais países.

¹⁰ O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – criado em 1991, está integrado pelas seguintes nações: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai, República Oriental do Uruguai, República Bolivariana da Venezuela e ainda, o Estado Plurinacional da Bolívia (este país, ainda está em processo de adesão, conforme tratado assinado em 2012), citado por Mercosur (tradução nossa, 2014), e ainda conta com os seguintes países associados: Chile, Colômbia, Peru, Equador, Guiana e Suriname (este último, em processo de ratificação).

Diante das possibilidades expostas na pesquisa e após a discussão dos resultados apresentados, destaca-se a seguir as considerações finais, a partir da compilação dos dados obtidos e referenciais estudados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, para desenvolver este tema, acreditava-se que embora existam materiais bibliográficos acerca do cooperativismo brasileiro, precisava-se de um estudo que reunisse em um único mapeamento, dados e informações a respeito das cooperativas internacionalizadas brasileiras. Os resultados encontrados, que abarcam os anos de 2013 e 2014, bem como as correlações, evidenciam a importância da discussão acerca da necessidade de identificar o perfil das cooperativas brasileiras que já conseguem internacionalizar seus produtos ou serviços.

Considera-se que o objetivo geral, que era diagnosticar e analisar o modelo de inserção econômica internacional de cooperativas brasileiras foi atendido, pois identificou-se que o principal modelo de inserção está inserido no tipo de cooperativismo que abarca o agronegócio, não se destacando os segmentos que possam trabalhar com valor agregado. Ao mesmo tempo, os objetivos específicos de apresentar os principais conceitos que abarcam o cooperativismo foi representado na seção dois deste artigo. Já os objetivos específicos de investigar os modelos de inserção econômica internacional de empreendimentos brasileiros, quando associados em cooperativas e também de elencar os principais tipos de cooperativas que já estão internacionalizadas, foram representados na seção três desta pesquisa.

A hipótese do presente estudo, parece estar confirmada, tendo vista que a pesquisa admitiu que a globalização afeta diretamente o desenvolvimento econômico dos empreendimentos de diversas regiões brasileiras, fazendo com que os trabalhadores desempregados busquem diferentes formas de inserção na sociedade. Neste caso, o cooperativismo e sobretudo, aquelas organizações que já exportam assumem este papel. Existe um certo consenso entre os autores pesquisados, de que o desenvolvimento econômico é, de fato, um processo composto de mudanças efetivas no sistema produtivo e que desta forma, possibilitam um aumento dos valores agregados dos produtos e conseqüentemente, a renda per capita, influenciando diretamente uma mudança cultural, tecnológica e financeira na sociedade. Desse modo, as cooperativas que já possuem uma capacidade exportadora, adquirem uma maior diversificação de mercados e assim, podem ampliar suas plantas produtivas, capacitar seus trabalhadores e melhorar seus produtos e serviços, possibilitando que o cooperativismo, incentive um crescimento organizado, sustentável financeiramente e

que promova o desenvolvimento regional, tornando o resultado do trabalho de homens e mulheres um modo contínuo de geração de renda aos cooperados.

Neste sentido, para a perspectiva de pesquisas futuras, supõem-se que é importante um direcionamento do estudo a respeito dos processos de internacionalização das cooperativas por sua atuação regional, delineando um mapeamento a partir da realidade local de um mesmo Estado. Pois, ao acreditar que a ideia de que as cooperativas possibilitam um crescimento do desenvolvimento regional, assim, também poderá ser mensurado pelo tipo de cooperativa e qual sua contribuição para a sociedade em que está envolvida.

Portanto, considera-se este trabalho uma tentativa de reunir, em uma mesma pesquisa, informações que possam compor um quadro do cooperativismo brasileiro no que tange as organizações que se internacionalizaram sob esta nova forma da geração de trabalho e renda nos anos de 2013 e 2014. Os resultados do trabalho apontam sobre a importância do cooperativismo e assim, diante de tais possibilidades, provocam indagações que não finalizam com esse estudo, mas sim, inspiradas nas colocações dos autores e dados elencados, possibilitam um novo olhar a respeito do desenvolvimento econômico regional. A discussão como pode ser percebida, adquire relevância no contexto da inserção internacional da economia brasileira, compondo um estudo setorial embrionário que poderá ser ampliado, a partir da análise aprofundada do processo de internacionalização destes segmentos produtivos e seus respectivos reflexos no contexto regional brasileiro.

REFERÊNCIAS

Bresser-Pereira, L.C. (2006). *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. São Paulo: FGV-EESP.

Chaves, R.; Vidal, L. (2015). *Almanaque Gaúcho: Caixeiro-viajante de Deus*. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/02/18/caixeiro-viajante-de-deus/?topo=13,1,1,,13>>. Acesso em: 13 maio 2015.

Cenzi, N.L. (2009). *Cooperativismo: Desde a Origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro*. Curitiba: Juruá Editora.

Galhardo, José Henrique Da Silva; Vieira, Paulo Gonçalves Lins. (2014). *Cooperativismo: Lei 5.764/71 Lei da Política Nacional de Cooperativismo*. Acompanha a LC 130/2009 e a Lei 12.690/2012. Curitiba: Juruá Editora.

Haffner, J. A. H. (2007). Desenvolvimento econômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva histórica. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo RS. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. p. 1-12.*

ICA - *International Co-operative Alliance*. (2015). *What is a co-operative?* Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. (2015). *Co-operative Principles*. Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MAPA (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO). (2006). *Evolução do cooperativismo no Brasil*: DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Brasília: MAPA, 2006.

MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). (2014). *Estatística de Comércio Exterior DEAEX: Balança Comercial Brasileira Cooperativas*. 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3186&refr=3304>>. Publicado em: 2014. Acesso em: 17 maio 2015.

MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR) (2015a). *Cooperativismo*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/297>. Acesso em: 16 maio 2015a.

_____. MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). (2015b). *Cooperativismo: internacionalização*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/294>. Acesso em: 10 maio 2015b.

_____. MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). (2015c). *Cooperativismo: internacionalização. Desafios das cooperativas na exportação*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/296>. Acesso em: 10 maio 2015c.

_____. MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). (2015d). *Cooperativismo: Mercado de commodities*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304>. Acesso em: 17 maio 2015d.

MERCOSUR. (2014). *En pocas palabras*. Disponível em: <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=3862&site=1&channel=secretaria&seccion=2>. Acesso em: 02 set. 2014.

Minervini, Nicola. (1997). *Exportar: Competitividade E internacionalização*. São Paulo, SP: Makron Books.

OCB (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS) (2015a). *Cooperativismo: Evolução no Brasil*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 15 maio 2015a.

_____. (2015b). *Notícias: Relatório OCB – 2014*. Disponível em: < http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632>. Acesso em: 15 maio 2015b.

OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (2015). *Conceitos e Princípios*. Disponível em: < <http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PORTAL BRASIL.(2014). *Economia e emprego: Cooperativa estabelece adesão voluntária e número ilimitado de associados*. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/cooperativa-estabelece-adesao-voluntaria-e-numero-ilimitado-de-associados>>. Publicado em: 28 jul 2014. Acesso em: 08 maio 2015.

_____. (2015). *Educação: Sistema S é estrutura educacional mantida pela indústria*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>. Acesso em 15 maio 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. (2015). *Capital Nacional do Cooperativismo*. Disponível em: < <http://www.novapetropolis.com.br/capital.php> >. Acesso em: 05 maio 2015.

Vieira, Paulo Gonçalves Lins; Pinheiro, Andrea Mattos. (2014). *Cooperativismo passo a passo*. Curitiba: Juruá Editora.